

## INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PRINCESA ISABEL

**Estudo Técnico Preliminar 7/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23169.000818.2025-71

**2. Objeto**

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a contratação de serviço de reparo, instalação e fornecimento de forro de gesso para a área externa do Bloco Acadêmico do IFPB - Campus Princesa Isabel.

2.2. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do art. 9, da Instrução Normativa ME/SEDGGD/SG n. 58, de 8 de agosto de 2022.

**3. Referência Legal**

3.1. Aplicam-se à contratação proposta os seguintes marcos normativos:

3.1.1. Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

3.1.2. Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.3. Lei n.º 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências;

3.1.4. Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

3.1.5. Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 03, de 26 de abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal;

3.1.6. Instrução Normativa n.º 77/SEGES/ME, de 4 de novembro de 2022, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.7. Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

3.1.8. Instrução Normativa SEGES/ME n.º 98, de 26 de dezembro de 2022, que estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

- 3.1.9. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n.º 155/2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990 e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
- 3.1.10. Lei n. 12.305, de 2 de Agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- 3.1.11. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

## 4. Descrição da necessidade

- 4.1. A presente contratação faz-se estritamente necessária diante do grave quadro de degradação estrutural identificado na área externa do Bloco Acadêmico do IFPB Campus Princesa Isabel. Conforme relatado em inspeção técnica, o forro de gesso atual apresenta patologias severas que culminaram no descolamento e na queda de placas. Este cenário crítico foi originado pela incidência de infiltrações contínuas provenientes da cobertura e consideravelmente agravado por vícios construtivos pretéritos, notadamente a ausência de junta de dilatação (tabica). Essa falha de execução impediu a movimentação térmica natural do material, gerando um acúmulo de tensões mecânicas que resultou em trincas generalizadas e no desabamento parcial da estrutura.
- 4.2. A urgência na intervenção justifica-se, primordialmente, pelo risco iminente à integridade física da comunidade acadêmica — composta por estudantes, servidores, terceirizados e visitantes — que transita e utiliza diariamente o local. O agravamento progressivo das avarias não apenas compromete a segurança das instalações, exigindo o isolamento de áreas e causando transtornos ao fluxo normal das atividades institucionais, mas também expõe a Administração Pública a severos passivos civis e administrativos em caso de acidentes.
- 4.3. Diante do exposto, a contratação dos serviços integrados de engenharia para a revisão de 150 m² do telhado e a substituição completa de 300 m² do forro de gesso mostra-se como a única solução técnica viável, econômica e definitiva. A intervenção estancará as infiltrações diretamente em sua origem na cobertura e corrigirá o erro estrutural através da instalação obrigatória das tabicas no novo forro. Dessa forma, a Administração restituirá a salubridade, o conforto e a plena segurança arquitetônica da edificação, garantindo a continuidade e a excelência na prestação dos serviços educacionais no âmbito do Campus Princesa Isabel.
- 4.4. Destaca-se que a contratação encontra respaldo no artigo 48 da Lei nº 14.133/2021, que permite a execução por terceiros de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à competência legal da instituição.

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Manutenção, Segurança e Transportes - CMST	Ériton Gustavo Clementino

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 6.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 6.1.1. O quantitativo de serviços a serem realizados pela Contratada está definido no item de estimativa de quantidades deste Estudo Técnico Preliminar e abrange, de forma estimada, a demolição e instalação de 300 m² de forro em placas de gesso, além de 150 m² de revisão de cobertura (telhado) na área externa do Bloco Acadêmico do IFPB Campus Princesa Isabel.

6.1.2. Em item específico deste documento, são apresentadas as alternativas de contratação conforme levantamento de mercado.

6.1.3. Os possíveis Impactos ambientais que deverão ser minorados pela Contratada estão definidos em item próprio deste documento, com especial atenção à remoção e bota-fora de entulhos resultantes da demolição do gesso danificado em local adequado.

6.1.4. Os serviços têm a natureza de serviço comum de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em seu ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.

6.1.5. Os serviços são enquadrados como serviço de engenharia visto que se trata de serviço destinado exclusivamente à reparação de bem material específico já construído. Destina-se a pretensa contratação, unicamente, à manutenção da utilidade do imóvel, com o objetivo de corrigir patologias decorrentes de infiltrações e da ausência de junta de dilatação (tabica), restituindo a segurança do local e evitando o risco iminente de acidentes com os usuários devido ao descolamento das placas.

6.1.6. Os referidos serviços foram enquadrados como serviço comum de engenharia pois, apesar de exigir um responsável técnico (engenheiro ou arquiteto) qualificado para a execução do mesmo, permite a sua descrição de forma clara e objetiva em especificações técnicas e detalhamentos de amplo conhecimento no mercado de atuação de empresas do ramo de manutenção/construção civil. Outrossim, as especificações e os quantitativos da pretensa contratação possuem baixa complexidade técnica, consistindo basicamente na revisão do madeiramento/telhado e execução de novo forro. Fica demonstrada, portanto, sua compatibilidade com a realização da contratação por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, conforme dispõe o art. 75, inciso I, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

6.1.7. Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços contratados por escopo, uma vez que são aqueles que impõem à Contratada o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.8. Os serviços, objeto deste processo, são classificados como sendo atividades de custeio, por estarem relacionados com as atividades de conservação e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

6.1.9. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

6.1.10. Regime de execução do contrato: empreitada por preço unitário.

6.1.11. A presente contratação terá seu acionamento através da emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

6.1.12. A empresa Licitante poderá realizar visita técnica ao local para levantamento de informações técnicas para a estimativa de valor de sua proposta. Os detalhes da visita técnica serão tratados no Termo de Referência.

6.1.13. Como Requisito de Qualificação Técnica, para a fase de Habilitação, a Licitante deverá:

6.1.13.1. Comprovar que os profissionais que atuarão na execução dos serviços, objeto desta contratação, possuem treinamento, experiência, além de atender aos requisitos mínimos de proteção para o trabalho em altura, conforme definido na Norma Regulamentadora N° 35 (NR-35).

6.1.13.1.1. A comprovação poderá ser realizada através de apresentação das cópias digitalizadas do certificado de treinamento NR-35 dos profissionais que atuarão na execução dos serviços.

6.1.13.2. Comprovar que possui em seu quadro permanente 01 (um) Engenheiro Civil devidamente reconhecido pelo CREA ou um Arquiteto devidamente reconhecido pelo CAU.

6.1.13.2.1. A comprovação poderá ser realizada através de:

6.1.13.2.1.1. Anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, acompanhada da Ficha de Registro de Empregados; ou

6.1.13.2.1.2. Contrato social ou Ata da Assembleia referente à investidura no cargo, no caso de sócio ou dirigente da empresa Licitante; ou

6.1.13.2.1.3. Contrato de prestação de serviços ou de promessa de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

6.1.13.3. O profissional indicado pela Licitante deverá recolher e apresentar à Contratante a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente aos serviços contratados.

6.1.13.4. Esta ART/RRT visa garantir a habilitação técnica do responsável pela execução dos serviços e a segurança na contratação. Este critério é de vital importância considerando o tamanho da área, as falhas estruturais anteriores (fator de risco já materializado em desabamentos parciais) e as características próprias de trabalho em altura na edificação acadêmica.

6.1.14. Quanto aos Requisitos de Capacidade Técnica, para a fase de Habilitação, recomenda-se que o Termo de Referência preveja os documentos que comprovem a regularidade fiscal do Contratado, bem como a comprovação de que já prestou os serviços ora licitados (como serviços de forro de gesso e reparos em cobertura) a outros órgãos ou empresas privadas, através da apresentação de atestados de capacidade técnica, nos termos da legislação vigente.

6.1.15. A proposta da contratada deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devidamente assinada pelo licitante ou seu representante legal.

6.1.16. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

6.2. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

6.2.1. Em razão da natureza do objeto, não se verifica necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas específicas, razão pela qual não se exige a realização de transição contratual pela Contratada.

## 7. Levantamento de Mercado

7.1. Levantou-se as seguintes hipóteses de soluções para atendimento das necessidades apontadas com base no levantamento de mercado:

Solução levantada	Vantagens	Desvantagens
	1. Paga-se somente o que é utilizado na obra.  2. Não há equipe ociosa.  3. A contratação de empresa especializada proporciona agilidade na execução do serviço.	

<p><b>Solução 01</b></p> <p>Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação de cobertura e instalação de forro de gesso, com fornecimento de material e mão de obra</p>	<p>4. A presença da mão de obra e do material em um mesmo contrato facilita o gerenciamento da obra, garantindo os prazos e a correta execução dos serviços.</p> <p>5. A Administração não fica responsável pela guarda de materiais, ferramentas e equipamentos no campus.</p> <p>6. A Administração repassa o custo administrativo de aquisição e a logística de transporte dos materiais (inclusive o transporte para descarte de entulhos e locação de andaimes) para a contratada, sem a necessidade de múltiplos contratos.</p>	<p>1. Os itens da contratação devem ser muito bem definidos e quantificados na fase de planejamento, podendo haver erro no cálculo preliminar que geraria a necessidade de aditivos contratuais</p>
<p><b>Solução 02</b></p> <p>Contratação de empresa para prestação de serviços de recuperação de cobertura e forro sem fornecimento de materiais (apenas mão de obra)</p>	<p>1. Paga-se somente a mão de obra utilizada no período.</p> <p>2. Não há equipe ociosa.</p> <p>3. Há facilidade no processamento inicial da licitação voltada estritamente à mão de obra.</p>	<p>1. O atendimento pelo fornecedor não é imediato, pois a execução irá depender da disponibilidade e das entregas de materiais sob responsabilidade da Administração.</p> <p>2. Exige a necessidade de processamento de duas ou mais licitações (uma para compra de materiais e outra para os serviços), correndo-se o risco de uma fracassar e inviabilizar o objeto como um todo.</p> <p>3. A separação dos contratos dificulta a gestão fiscalizatória, o acionamento de garantias e o cumprimento de prazos.</p> <p>4. O custo administrativo e o risco logístico para o armazenamento das telhas e das placas de gesso ficam inteiramente por conta da Administração.</p>
<p><b>Solução 03</b></p>	<p>1. Toda a execução física do serviço ficaria a cargo da empresa de</p>	<p>1. Haveria a necessidade de processar uma nova e isolada contratação apenas para a compra de</p>

Recuperação da cobertura e do forro com fornecimento apenas de mão de obra, executada através de eventual contrato vigente de Manutenção Predial.	manutenção predial já contratada pelo órgão	materiais, prejudicando o fluxo logístico e a gestão.  2. O custo administrativo para guardar e gerenciar os materiais continuaria sob a tutela do IFPB.
---	---	--

7.2. Justificativa da escolha do tipo e solução almejada:

- 7.2.1. Esta equipe de planejamento optou pela Solução 01 (Contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de material e mão de obra).
  - 7.2.2. Tal escolha técnica se justifica considerando a necessidade de mão de obra especializada (profissionais para trabalho em altura e montadores de gesso com tabica) e o fornecimento concomitante de equipamentos pesados ou específicos (como andaimes tubulares torre e caminhão basculante para bota-fora do entulho demolido).
  - 7.2.3. Ao concentrar a responsabilidade do fornecimento de todos os insumos e serviços em um único CNPJ, centraliza-se o controle de qualidade, unifica-se a garantia técnica da obra e o IFPB se exime do severo risco de danificar ou perder placas de gesso em caso de armazenamento prolongado.
  - 7.2.4. O orçamento estimativo foi rigorosamente elaborado com base nos Bancos Oficiais da Construção Civil (SINAPI desonerado/PB, SBC e ORSE/SE), atestando a exequibilidade mercadológica para as etapas de serviços preliminares (demolição e andaimes), cobertura, forro e serviços complementares (limpeza e bota-fora).
- 7.3. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto que se pretende contratar.
- 7.4. Foi realizado o levantamento dos fornecedores do objeto mediante pesquisa parametrizada no SICAF, considerando os situados no Estado da Paraíba. Disponível em: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/consultas/consultaParametrizadaFornecedores.jsf> - Acesso em: 07 de abril de 2026 - Foram encontrados mais de 100 (cem) potenciais fornecedores, o que demonstra que o objeto em questão é amplamente fornecido, contribuindo para a viabilidade da contratação e a competitividade de eventual certame. (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/consultas/consultaParametrizadaFornecedores.jsf>)
- 7.5. A dispensa de licitação não será realizada para o registro de preços, uma vez que se trata de uma demanda pontual do IFPB Campus Princesa Isabel, não se enquadrando nas hipóteses legais de aplicação.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. São escopo desta contratação a realização da demolição de toda a estrutura do forro existente, a revisão da cobertura e a execução de um novo forro em placas de gesso contendo junta de dilatação (tabica) na área externa do Bloco Acadêmico do IFPB Campus Princesa Isabel. O serviço abrangerá uma área estimada de 300 m² para substituição do forro e 150 m² para revisão do telhado.

8.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

8.2.1. PREPARAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.2.1.1. Para execução do objeto, será exigido da Contratada o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho, especialmente as relacionadas ao trabalho em altura (NR-35), assim como o fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

8.2.1.2. Deverá ser realizada a montagem e desmontagem de andaime tubular (tipo "torre") para viabilizar o acesso seguro às frentes de trabalho em altura.

8.2.1.3. A Contratada deverá fornecer a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de profissional habilitado junto ao CREA ou CAU, contemplando todos os serviços necessários para a perfeita execução do objeto.

## 8.2.2. REMOÇÕES E DESCARTES

8.2.2.1. A Contratada deverá executar a demolição e remoção de forma manual de 300 m<sup>2</sup> do forro de gesso e de sua estrutura de fixação, sem reaproveitamento, tomando os devidos cuidados para evitar danos à edificação e acidentes com o público, devido ao risco iminente de desabamento dos trechos afetados.

8.2.2.2. O gerenciamento dos resíduos será feito por meio da remoção e bota-fora de entulho em caminhão basculante (volume estimado de 7,5 m<sup>3</sup>).

8.2.2.3. A Contratada deverá executar os serviços de transporte com os devidos cuidados necessários, devendo certificar-se da destinação apropriada e legal do material descartado.

## 8.2.3. REVISÃO DA COBERTURA

8.2.3.1. Após a demolição do forro antigo, a Contratada deverá realizar a revisão da cobertura com telhas de fibrocimento ondulada (6mm) em uma área de 150 m<sup>2</sup>, com o objetivo de estancar e reparar possíveis pontos de infiltração na laje e no telhado.

8.2.3.2. O escopo compreende a revisão e adequação do madeiramento existente, além da correta fixação dos elementos de cobertura.

## 8.2.4. INSTALAÇÃO DO NOVO FORRO DE GESSO

8.2.4.1. Execução de 300 m<sup>2</sup> de novo forro em placas de gesso para ambientes comerciais, instalado sobre estrutura compatível com as exigências técnicas da edificação.

8.2.4.2. O novo forro deverá, obrigatoriamente, ser executado contemplando junta de dilatação (tabica). Esta exigência visa permitir a movimentação de expansão e contração térmica do material, impedindo o acúmulo de tensões mecânicas que resultam no surgimento de trincas, rachaduras e no descolamento prematuro das placas.

## 8.2.5. LIMPEZA GERAL E FINAL DA OBRA

8.2.5.1. Serão considerados aceitos pela Fiscalização os serviços executados em conformidade às normas técnicas pertinentes, sem resultar em danos aos demais bens da Contratante, garantindo a realização de limpeza geral em toda a área de 300 m<sup>2</sup> ao término dos serviços contratados.

## 8.2.6. PRAZO PARA EXECUÇÃO

8.2.6.1. O prazo para a realização dos serviços é de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento, pela Contratada, da Autorização para o Início dos Serviços.

## 8.2.7. DIRETRIZES DE EXECUÇÃO

8.2.7.1. Os serviços deverão ser executados cumprindo rigorosamente os prazos estabelecidos, garantindo o fornecimento contínuo de todos os materiais e da mão de obra necessários.

8.2.7.2. Exige-se cuidado e zelo durante a desmontagem, garantindo o devido isolamento da área de intervenção, por se tratar de ambiente acadêmico com fluxo contínuo de pessoas.

8.3. A presente contratação enquadra-se no Inciso I do Art. 75 da Lei 14.133/21, em razão do seu baixo valor.

8.3.1. Ressalte-se que não há no presente exercício contratações diretas para o mesmo objeto, portanto não há que se falar em fracionamento de despesa.

8.4. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços tendo em vista que se trata de contratação para atender especificamente às demandas do IFPB - Campus Princesa Isabel, com dotação orçamentária para tanto.

8.5. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

8.6. No mais, a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento com o menor formalismo e cujo tempo necessário para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado.

8.7. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

8.8. Em atendimento ao princípio de padronização, será(ão) utilizado(s) o(s) código(s) CATMAT/CATSER conforme documento acostado aos autos.

8.9. Não foi utilizado o catálogo eletrônico de padronização na referida contratação em razão do objeto em tela não se tratar de um dos itens padronizados.

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Para a perfeita execução dos serviços estima-se a seguinte quantidade de serviços:

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit (R\$)	Valor Unit com BDI (R\$)	Total (R\$)	Peso (%)
<b>1</b>			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>		<b>1</b>		<b>2.692,50</b>	<b>2.692,50</b>	<b>10,24</b>
1.1	97641	SINAPI	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	300	3,10	3,81	1.143,00	4,35
1.2	97064	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	M	50	25,20	30,99	1.549,50	5,89
<b>2</b>			<b>COBERTURA</b>		<b>1</b>		<b>4.072,50</b>	<b>4.072,50</b>	<b>15,49</b>
2.1	265	ORSE	Revisão em cobertura com telha de fibrocimento ondulada 6mm	m²	150	22,08	27,15	4.072,50	15,49



<b>3</b>			<b>FORRO</b>		<b>1</b>		<b>17.937,00</b>	<b>17.937,00</b>	<b>68,23</b>
3.1	96113	SINAPI	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS	m²	300	48,61	59,79	17.937,00	68,23
<b>4</b>			<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>		<b>1</b>		<b>1.585,35</b>	<b>1.585,35</b>	<b>6,03</b>
4.1	022911	SBC	REMOÇÃO E BOTA-FORA DE ENTULHO EM CAMINHÃO 12m3- PERCURSO 12km	m³	7,5	64,54	79,38	595,35	2,26
4.2	2450	ORSE	Limpeza geral	m²	300	2,69	3,30	990,00	3,77

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 26.287,35

10.1. Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo:

10.1.1. Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013;

10.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 26.287,35 (vinte e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)**, e encontra-se pormenorizado em nos orçamentos sintético e analítico acostados aos autos do processo.

10.3. Da metodologia aplicada à política de preços:

10.3.1. De acordo com o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, o qual estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União:

[...]

Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

10.3.2. A estimativa do valor do serviço foi realizada por meio da tabela Sinapi, em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência.

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Embora a regra geral das contratações públicas, consubstanciada no art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e consolidada na Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), determine a obrigatoriedade da adjudicação por itens para objetos de natureza divisível visando a ampliação da competitividade, a própria jurisprudência e a

legislação excepcionam tal diretriz quando o parcelamento acarretar prejuízo para o conjunto da obra ou perda de economia de escala.

11.2. No presente caso concreto, o parcelamento da solução (como, por exemplo, a segregação do certame em um contrato para a revisão da cobertura e outro para a instalação do forro de gesso) mostra-se técnica e administrativamente inviável devido à severa interdependência executiva entre os serviços.

11.3. Ademais, a divisão do objeto geraria um grave risco de diluição de responsabilidade técnica (garantia). Caso os serviços fossem parcelados e, futuramente, surgissem novas patologias (como manchas de umidade ou descolamentos no gesso), haveria o inevitável conflito de responsabilização entre as empresas contratadas. Manter a execução global sob a tutela de uma única empresa garante à Administração o princípio do *single point of contact* (ponto único de contato e responsabilidade), simplificando a fiscalização e o acionamento de garantias.

11.4. Por fim, o parcelamento traria prejuízos de ordem econômica e logística (perda de economia de escala). Ambas as etapas exigem trabalhos em altura, uso de andaimes (tipo torre), EPIs específicos (NR-35), isolamento de área em ambiente escolar e caçambas para descarte de resíduos (Classe B). A contratação fatiada obrigaria o IFPB a arcar com a duplicação dos custos indiretos (mobilização, desmobilização e locação de equipamentos), ferindo o princípio da eficiência. Portanto, a adjudicação pelo preço global à única empresa licitante é a medida técnica e econômica mais vantajosa para resguardar o erário e o patrimônio da Instituição.

## **12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

12.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

## **13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

13.1. A presente demanda não decorre de fato previsível, mas encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações do exercício atual, consignado no relatório extraído do sistema PGC.

13.2. Em razão de não ter sido elaborado o Plano Diretor de Logística Sustentável no âmbito do IFPB até a data de elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação não contém tal previsão.

## **14. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

14.1. Com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

14.1.1. A presente contratação tem como objetivo primordial a garantia da integridade física e da segurança da comunidade acadêmica (alunos, servidores e visitantes) que transita diariamente pela área externa do Bloco Acadêmico do IFPB Campus Princesa Isabel, eliminando o risco iminente de acidentes ocasionados pelo desabamento e queda das placas de gesso.

14.1.2. Através da exigência técnica de instalação da junta de dilatação (tabica) em todo o perímetro do novo forro, busca-se sanar em definitivo o vício construtivo anterior. O resultado almejado é permitir a correta movimentação de expansão e contração térmica do material, mitigando o acúmulo de tensões mecânicas e evitando o surgimento de novas trincas, rachaduras e descolamentos prematuros a longo prazo.

14.1.3. Pretende-se restituir as condições de conforto e a estética arquitetônica da edificação, garantindo a plena utilização dos espaços acadêmicos de forma salubre, sem os transtornos, o acúmulo de entulhos e as interdições físicas causados pelas atuais anomalias estruturais.

14.1.4. Do ponto de vista administrativo e gerencial, a contratação em formato de empreitada com o fornecimento unificado de todos os materiais, equipamentos (como andaimes e caçambas) e mão de obra tem como resultado esperado a máxima celeridade na resposta da Administração ao risco materializado. Otimiza-se a força de trabalho do órgão, que não precisará gerenciar estoques de materiais, e centraliza-se a responsabilidade civil e a garantia técnica da obra em uma única empresa especializada.

14.1.5. Por fim, almeja-se que a contratação atenda rigorosamente aos princípios da economicidade e da eficiência, visto que o escopo orçado para a Dispensa de Licitação está estritamente amparado nos parâmetros de custos aferidos pelos bancos oficiais da construção civil (SINAPI, SBC e ORSE), assegurando ao IFPB a aquisição da solução técnica integral pelo preço justo e exequível de mercado.

14.2. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

## **15. Providências a serem Adotadas**

15.1. Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

15.1.1. Não configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da execução do objeto. Ressalte-se apenas que é necessário que os servidores e terceirizados envolvidos na manutenção predial dêem especial atenção ao plano de manutenção predial vigente no Campus Princesa Isabel, no qual se encontra o norte para ações e tomada de decisão nesse âmbito de atuação.

15.2. Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto de acordo com as especificidades estabelecidas:

15.2.1. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores.

15.2.2. Cumpre ressaltar que o IFPB oferece cursos de capacitação para fiscais e gestores de contratos, promovidos anualmente, tanto por parte de profissional externo à instituição, quanto por parte de iniciativa da Coordenação de Fiscalização de Contratos, e que esse aprimoramento por parte dos servidores é imprescindível para a melhoria do controle dos serviços.

15.3. Juntar o cronograma ao processo e incluir, no mapa de riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não corram a tempo:

15.3.1. Considerando todo o exposto, não há risco da contratação falhar em relação a adequação do ambiente de organização, pois tais adequações não são necessárias.

15.4. Providenciar o eventual pagamento mediante Cartão de Pagamento e com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):

15.4.1. Tendo em vista que o pagamento por meio de cartão de pagamento de despesas decorrentes de Dispensa de Licitação, fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, ainda não foi regulamentado na rede IFPB, não será adotada tal forma de pagamento.

## **16. Possíveis Impactos Ambientais**

16.1. A contratação pretendida, por se tratar de serviço de engenharia envolvendo demolição e reforma, gerará impactos ambientais temporários e localizados, essencialmente relacionados à geração de Resíduos da Construção Civil (RCC), emissão de ruídos e proliferação de material particulado (poeira) no ambiente acadêmico.

16.2. O principal impacto ambiental decorre da demolição de 300 m<sup>2</sup> do forro existente e de sua respectiva estrutura. O gesso é classificado como resíduo da Classe B, conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002 (com redação dada pela Resolução nº 469/2015), enquadrando-se como resíduo reciclável para outras destinações. Contudo, é um material que exige manejo cuidadoso, devendo ser acondicionado e transportado separadamente dos demais entulhos, não devendo ser feito o seu descarte em aterros sanitários comuns ou de inertes.

16.3. Como medida mitigadora obrigatória, a Contratada será a única responsável pelo recolhimento, acondicionamento (em caçambas ou caminhão basculante) e transporte de todo o entulho gerado no serviço. A destinação final do gesso deverá priorizar a reciclagem, ocorrendo estritamente em áreas de transbordo, triagem ou unidades de reciclagem devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente para o recebimento e processamento desse material.

16.4. Em relação à revisão da cobertura (150 m<sup>2</sup>), eventuais sobras de telhas, madeiramento ou elementos de fixação deteriorados deverão seguir o mesmo rigor. Deve-se priorizar a reciclagem (para resíduos Classe B) ou reutilização, sendo vedado o abandono de materiais na área externa do Bloco Acadêmico ou em terrenos baldios no entorno do campus.

16.5. Para mitigar o impacto sonoro e a emissão de poeira — fatores críticos e sensíveis em um ambiente educacional —, a Contratada deverá promover o isolamento físico e a sinalização adequada da área de intervenção.

16.6. Adicionalmente, a execução de atividades com elevado nível de ruído (como a demolição e a montagem de andaimes metálicos) deverá ter seus horários previamente alinhados e autorizados pela fiscalização, a fim de minimizar os transtornos e não inviabilizar as atividades letivas e administrativas regulares da instituição.

16.7. A Contratada deverá fornecer e exigir o uso ininterrupto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados (como máscaras contra pó, óculos de segurança e protetores auriculares) para seus trabalhadores, mitigando os impactos à saúde ocupacional (riscos ambientais do trabalho) durante a demolição e o manuseio das placas de gesso.

16.8. Ao término da execução contratual, é responsabilidade da empresa realizar a limpeza geral e fina da área, entregando o espaço totalmente desobstruído, higienizado e livre de quaisquer resíduos, poeiras ou sujidades decorrentes da obra.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1.1. Em razão dos elementos colhidos durante os Estudos Técnicos Preliminares e da conformidade com o inciso XIII, art. 9º, da IN SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022, não foram identificados óbices ao prosseguimento da contratação. Nestes termos, a contratação é considerada VIÁVEL e RAZOÁVEL, atendendo aos requisitos estabelecidos e às necessidades institucionais.

17.1.2. Por fim, a contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ERITON GUSTAVO CLEMENTINO**

Membro da Equipe de Planejamento

**RICARDO SOARES DOS SANTOS**

Membro da Equipe de Planejamento